

Interdisciplinaridade: uma análise dessa perspectiva inter-relacional no âmbito das Políticas Públicas

URÁ MARTINS*

Resumo: O artigo apresenta uma análise sobre a interdisciplinaridade no campo das políticas públicas. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura, com a finalidade de demonstrar algumas posições doutrinárias sobre o tema. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental, através de abordagem qualitativa. Ao final, será demonstrado que, no caso das Políticas Públicas, a adoção da interdisciplinaridade é justificada pela própria complexidade que envolve as questões que permeiam tal campo de estudo, propiciando múltiplos olhares, motivo pelo qual requer uma inter-relação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade é uma perspectiva inter-relacional em construção, que precisará transpor os obstáculos para sua implementação, considerando as bases materiais contemporâneas, caracterizadas por fronteiras disciplinares.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Política Públicas; fronteiras disciplinares.

Interdisciplinarity: an analysis of this inter-relational perspective in the context of Public Policy

Abstract: The article presents an analysis of interdisciplinarity in the field of public policies. To this end, a literature review was carried out, with the use of demonstrating some doctrinal positions on the subject. Use the hypothetical-deductive method, with bibliographic and documentary research, through the qualitative approach. In the end, it will be demonstrated that, in the case of Public Policies, the adoption of interdisciplinarity is justified by the complexity itself, which involves issues that permeate the field of study, providing glances, why an interrelation between disciplines is necessary. An interdisciplinarity is an interrelational perspective under construction, which prevents obstacles to its implementation, considering as contemporary materials characterized by disciplinary boundaries.

Key words: Interdisciplinarity; Public policy; disciplinary boundaries.



* URÁ MARTINS é Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professora da Escola Superior Madre Celeste.



Introdução

A pesquisa tem como enfoque a interdisciplinaridade e seus desdobramentos na área de políticas públicas. No contexto contemporâneo, caracterizado pela existência de vários tipos de fronteiras (geográficas, identitárias, disciplinares, etc.), é importante analisar a área interdisciplinar, considerando suas particularidades e potencialidades para o progresso da pesquisa científica.

Em 1999 foi criada a Área Multidisciplinar pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sendo que a partir de 2008 tal área passou a ser designada como área Interdisciplinar.

Atualmente, há 367 Programas de Pós-Graduação e 495 Cursos de Pós-Graduação vinculados à área de conhecimento Interdisciplinar, segundo dados constantes na base da Capes (2019).

Segundo a CAPES, desde sua criação, a Área Interdisciplinar apresenta maior taxa de crescimento, sendo objeto de avaliações¹. Para este órgão, tal fato pode ter sido desencadeado pelos seguintes fatores:

Em primeiro lugar, a existência da Área propiciou e induziu a proposição, na Pós-graduação brasileira, de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos com foco em

¹ Dentre os Programas de Pós-graduação avaliados conforme o último *Relatório de Avaliação Quadrienal* da CAPES de 2017 os seguintes Programas atingiram nota equivalente a 6 (seis): Modelagem Computacional (LNCC); Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ); Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA); Informática na Educação (UFRGS); Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC); Política Científica e Tecnológica (UNICAMP); Ciências da Saúde (UNIMONTES); Distúrbios do Desenvolvimento (UPM); Energia (USP) e Desenvolvimento Rural (UFRGS). Atingiram nota 7 (sete): Gerontologia Biomédica (PUC/RS) e Informática na Educação (UFRGS).

questões complexas. Em segundo lugar, a Área Interdisciplinar serviu de abrigo para proposta de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes dos grandes centros urbanos, com estrutura de Pós-graduação em fase de formação e consolidação. (CAPES, 2013, p. 1)

A posição da CAPES é no sentido de que problemas complexos necessitam diálogo entre disciplinas de áreas diferentes, “(...) daí a relevância de novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, que assumam como objeto de investigação fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares.” (CAPES, 2013, p. 11).

A problemática reside no fato de que a Área Interdisciplinar, por ainda estar em constante crescimento e consolidação, gerar algumas interpretações e/ou definições que podem esvaziar seu objetivo.

Portanto, o dilema consiste em definir qual a perspectiva que deve nortear os pesquisadores que compõem tal área, considerado que todo conhecimento é um dado a ser construído.

Para tanto, torna-se necessário analisar alguns pontos sensíveis ligados ao tema, quais sejam: Quais são os riscos do ecletismo metodológico na pesquisa interdisciplinar? Quais são as condições necessárias para que a interdisciplinaridade possa ser aplicada? Quais são os benefícios da adoção da interdisciplinaridade no âmbito das Políticas Públicas?

Com o intuito de responder tais questões, serão utilizados referenciais teóricos que tratam o tema segundo uma perspectiva crítica. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental, através de abordagem qualitativa.

1. A adoção da Interdisciplinaridade no âmbito das Políticas Públicas

A Política Pública surgiu como subárea da Ciência Política norte-americana, conforme ensina Souza (2006), mas já existiam estudos na Europa na área, embora o enfoque dado priorizasse mais a análise do Estado e suas instituições, ou seja, a tradição europeia de estudos ainda não tinha como objeto de análise a produção dos governos. (SOUZA, 2006, p. 22)

Melo fez uma análise do estado da arte sobre os temas vinculados à área de Políticas Públicas no período de 1970 a 1995. Na época do referido estudo, publicado em 1999, Melo (1999, p. 66) ressaltou que “(...) no caso brasileiro, a prevalência de burocracias públicas na produção de análises sobre políticas está intimamente relacionada ao virtual monopólio que desfruem em termos de acesso às informações relevantes”.

No entanto, Faria (2012, p. 14-15) considera que, nos tempos atuais, a referida afirmação de Melo não poderia ser feita, considerando a consolidação da área da Política Pública, destacando, ainda, a criação de muitos cursos de graduação e Pós-graduação, voltados para a área de Políticas Públicas, com enfoque Interdisciplinar.

A pluralidade de perspectivas que abrangem o estudo sobre a Política Pública é analisada por Souza:

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e

nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2005, p. 25)

Dessa forma, a referida autora explica que a área da Política Pública subdivida em várias subáreas, existindo estudos setoriais transitando por outras áreas de conhecimento, não ficando restrito, assim, ao âmbito da Ciência Política. (SOUZA, 2003, p. 16)

Souza (2003) entende que através da formulação de política pública os governos revelam seus objetivos em programas e ações, com a finalidade de modificar a realidade. Diante disso, a área da Política Pública seria o campo de conhecimento que visa de forma simultânea “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e

como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente)”. (SOUZA, 2003, p. 13)

A Política Pública é concebida por Souza como um campo holístico, na medida em que abrange unidades diversas, sendo objeto de estudo de várias disciplinas (Filosofia, Psicologia, Sociologia, Economia, etc.), com suas respectivas teorias e modelos de análise. Portanto, “(...) o caráter holístico da área comporta vários “olhares” sem que esta multiplicidade de perspectivas comprometa a sua coerência teórica e metodológica.” (SOUZA, 2003, p. 14).

Considerado toda a complexidade que envolve o estudo das Políticas Públicas, a interdisciplinaridade é primordial, pois, conforme ensina Souza (SOUZA, 2003, p. 14), no momento em que são elaboradas as políticas públicas, há um conseqüente desdobramento em planos, programas e projetos. Ato contínuo, são implementadas, razão pela qual ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação, bem como à análise feita por pesquisadores de diversas áreas.

Saraiva apresenta as seguintes etapas da Política Pública:

ETAPAS DA POLÍTICA PÚBLICA	
Formulação da agenda	“designa o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de ‘problema público’, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas.”
Elaboração	“identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades.”
Formulação	“inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro.”
Implementação	“constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para

	executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.”
Execução	“é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia.”
Acompanhamento	“é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.”
Avaliação	“consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.”

Fonte: Quadro feito com base nas definições de Saraiva (2006, p. 33-35).

Dessa forma, além da complexidade dos estudos setoriais que envolvem a Política Pública, a análise das referidas etapas da Política Pública também comporta múltiplos olhares.

2. Interdisciplinaridade como perspectiva inter-relacional em construção

Segundo Follari (2005, p. 8-9), a temática envolvendo a Interdisciplinaridade surgiu nos anos 70 (setenta), sendo que tal temática está novamente em voga de várias maneiras, uma delas é a intentada pela por Wallerstein através da Comissão Gulbenkian, sendo mencionada a atual crise das Ciências Sociais, rogando-se para uma possível superação das distancias entre as disciplinas. Assim, a interdisciplinaridade seria uma solução para as dificuldades que as disciplinas tradicionais possuem para interpretar o social, através de uma só visão disciplinar.

Defender o enfoque interdisciplinar não significa desconsiderar o conhecimento que girava em torno de disciplinas no século XIX, pois, segundo Bonacelli, tal fato teve sua importância, num dado momento histórico, visto que “(...) naquele ambiente fazia sentido a criação

das ‘caixinhas do saber’; ou, até mesmo, elas foram essenciais para o avanço do conhecimento e da sociedade em geral.” (BONACELLI, 2014, p. 49).

Georges Gusdorf foi um dos pioneiros na defesa do pensamento interdisciplinar, defendeu que a epistemologia foi marcada pela busca de unidade do território de conhecimento, mas a interdisciplinaridade seria a reafirmação da integridade perdida. (GUSDORF, 1983, p. 32)

Para o referido autor, o conhecimento interdisciplinar representa uma abertura mútua, através da qual ocorreria comunicação entre áreas do conhecimento. Para tanto, são necessárias abordagens diversificadas para que sejam analisadas as diversas disciplinas (GUSDORF, 1983, p. 46).

Piaget (1972, p. 166) classificou a Multidisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade em patamares. A Multidisciplinariedade foi situada num *patamar inferior* de interação, pois neste caso haveria colaboração mútua de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento, sem alterá-las ou modificá-las, ou seja, a interação ficaria restrita à transmissão de informação

mútua e cumulativa entre os pesquisadores

No caso da Interdisciplinaridade, esta foi definida por Piaget como de *segundo nível*, visto que ocorreria a colaboração de diferentes disciplinas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência, sendo, portanto, uma interação propriamente dita, já que haveria interação e enriquecimento mútuo (PIAGET, 1972, p. 167).

A Transdisciplinaridade, por sua vez, é definida por Piaget (1972, p. 170) como uma etapa *superior* que ocorreria após a etapa interdisciplinar, “(...) a qual não se contentaria em atingir as interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situaria essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas” (tradução nossa).²

Alvarenga et al. alertam que, embora a contribuição de Piaget seja importante, é arriscado considerar seus conceitos de práticas interdisciplinares de forma acrítica, “(...) como meras classificações deslocadas de suas fundamentações teóricas e metodológicas, ou epistemológicas.” (ALVARENGA, 2011, p. 64)

Um momento que impulsionou o pensamento interdisciplinar, segundo Alvarenga et al., ocorreu durante o I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade, ocorrido na Universidade de Nice, na França, no período de 7 a 12 de setembro de 1970, pois teria sido “(...) nesse seminário, ao lado da proposta de aprofundamento da discussão teórica e de aplicação desses dois termos – pluri e interdisciplinaridade – surge,

igualmente, pela primeira vez, um novo termo, a *transdisciplinaridade*”. (ALVARENGA, 2011, p. 31-32)

Conforme já exposto, a Área Interdisciplinar é reconhecida pela Capes, porém, Bonacelli (2014) defende a necessidade de outras agências de fomentos e revistas científicas avançarem nesse sentido. Isto porque o CNPq ainda não possui área de conhecimento Interdisciplinar.

A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade são definidas da seguinte forma pela CAPES:

A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo porque pressupõe a interlocução de várias perspectivas teórico-metodológicas. Entende-se por multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou de mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.

A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe uma forma de produção e conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologia e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com

² Texto original: “Enfin, à l'étape des relations interdisciplinaires, on peut espérer voir succéder une étape supérieure qui serait 'transdisciplinaire', qui ne se contenterait pas

d'atteindre des interactions ou réciprocitys entre recherches spécialisées, mais situerait ces liaisons à l'intérieur d'un système total sans frontières stables entre les disciplines”.

formação básica sólida e integradora (CAPES, 2013 p. 12).

Frigotto (1985, p. 69) ensina que “(...) a interdisciplinaridade contrapõe-se à pesquisa multidisciplinar que se caracteriza pela justaposição de enfoques, de disciplinas diversas em clara relação entre si (...)”.

A interdisciplinaridade não significa o fato de que elementos de uma disciplina sirvam a título de ciência *auxiliar* de outra, como exemplo, o autor cita a utilização de estatística para a Sociologia. Nem tampouco, a finalidade entre disciplinas próximas, mas com limites formais que não podem ser absolutos (exemplo: física e química). (FOLLARI, 1982, p. 27)

Para Follari (1982, p. 27) interdisciplinaridade “(...) é uma mudança da inter-relação orgânica dos conceitos de diversas disciplinas, a ponto de constituir uma espécie de ‘nova unidade’ em um nível superior, capaz de gerar contribuições a cada uma das disciplinas individuais” (tradução nossa).³

Noutras palavras, a Interdisciplinaridade gera a construção de um novo objeto teórico, através de inter-relações orgânicas entre disciplinas. Nesse sentido, Follari (1982, p. 70) menciona a biofísica (ex. estudo da eletricidade no funcionamento nervoso de animais) e a bioquímica (ex. ação de parasitas e bactérias sobre o equilíbrio químico do corpo humano) como exemplos de combinação de aspectos de disciplinas que não estariam, em tese, conectados. Porém, a partir do momento em que é aplicada a Interdisciplinaridade, surge um novo campo cheio de possibilidades, na medida em que estuda aspectos que

antes não eram objeto de disciplinas individuais.

Outra questão destacada por Follari (1982) reside na crescente especialização das práticas profissionais, assim, o conhecimento da generalidade ficaria prejudicado, considerando que o conhecimento fica restrito a um âmbito específico. Dessa forma, o autor defende que ocorreu uma consequente fragmentação da teoria, perdendo-se a noção de totalidade do conhecimento, do pensamento necessário para compreender determinações sociais, razão pela qual ressalta o papel da interdisciplinaridade como recuperação da totalidade perdida (FOLLARI, 1982, p. 49).

Seguindo tal raciocínio, Frigotto menciona a importância da adoção da interdisciplinaridade na produção do conhecimento, considerando o caráter dialético da realidade social.

Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-la ou limitá-la arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema, isso não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que, mesmo delimitado, um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável. (FRIGOTTO, 2012, p. 143)

Frigotto afirma que a pesquisa interdisciplinar envolve uma problemática que decorre da sua própria complexidade, pois é necessário buscar diferentes Ciências, mas isto não implica em direcionar a pesquisa por um *ecletismo metodológico*. Ao contrário, sustenta que “o trabalho interdisciplinar

una espécie de ‘nueva unidad’ que subsume en un nivel superior las aportaciones e cada una de las disciplinas particulares”.

³ Texto original: “(...) Se trata en cambio de la interrelación orgánica de los conceptos de diversas disciplinas hasta el punto de constituir

implica, pois, como condição necessária, ainda que não suficiente, uma coerência e consistência teórica-metodológica.” (FRIGOTTO, 1985, p. 70).

O referido autor critica a visão positivista, que sugere uma ilusória neutralidade na análise do objeto de estudo:

Primeiramente destacamos que o problema fundamental da abordagem interdisciplinar reside na postura teórica que orienta a construção do objeto investigado. Só na visão positivista existe uma metodologia geral em si e por si que permite ao investigador uma suposta posição neutra na análise do fenômeno social. Ao contrário, dentro de uma perspectiva histórica, o pesquisador, consciente ou inconsciente, traduz a marca de classe ou grupo social a que pertence. A perspectiva que cientificamente tem maiores chances de se aproximar mais objetivamente do real é aquela que está interessada em conceber a realidade social como histórica e se pauta dentro de uma postura epistemológica de permanente vigilância crítica. (FRIGOTTO, 1985, p. 74)

Dessa forma, Frigotto faz um alerta no sentido de que muitos trabalhos rotulados como interdisciplinares, ao seguir perspectiva metodológica eclética, esvaziam tal pesquisa de um caráter, de fato, interdisciplinar.

Para que a interdisciplinaridade possa servir com meio de resolução de problemas concretos, são necessárias algumas condições, conforme defende Follari (2005, p. 15): trabalho de grupo, em virtude da necessidade de profissionais provenientes de diferentes

áreas; coordenação das atividades grupais, considerando que tal atividade não gera resultado imediato.

Além disso, para que a Interdisciplinaridade possa ser viabilizada, é preciso que existam estruturas permanentes em prol de tal área, sendo necessário, ainda, que o currículo seja adaptado, ficando os últimos anos do curso para resolver problemas específicos que dão ensejo a um contexto interdisciplinar, como ocorre naqueles casos em que há impactos sociológicos, antropológicos, nutricionais, educacionais, etc. (FOLLARI, 1982, p. 94).

Vislumbra-se, assim, que não há interdisciplinaridade através de trabalho individual, pois, conforme ensina Follari, a abordagem interdisciplinar seria resultado “(...) intersubjetivo que transcende as individualidades. Há equipes interdisciplinares, mas não homens que o sejam. Portanto, um curso ministrado por um só professor e não trabalhado por uma equipe de profissionais, não pode ser interdisciplinar (FOLLARI, 1982, p. 118) (tradução nossa).⁴

Eis o ponto que gera controvérsias na prática educacional, conforme aponta Follari, uma vez que a estrutura departamental é contraditória com a prática Interdisciplinar, na medida em que faz separação por áreas específicas. Logo, não há que se falar em ensino interdisciplinar, pois os professores, mesmo sendo de diferentes áreas, nunca trabalham juntos. Ou seja, a mera somatória de disciplinas diferentes não resulta em ensino interdisciplinar. (FOLLARI, 1982, p. 119)

⁴ Texto original: “No existen sujetos portadores de la interdisciplina: ésta es un fruto intersubjetivo que transcende a las individualidades. Hay equipos

interdisciplinarios, pero no hombres que lo sean. Por ello, un curso dado por un sólo maestro y no trabajado por un equipo de profesionistas, no puede ser interdisciplinario”.

Sobre a questão, Frigotto (2012, p. 156) alerta que uma concepção fragmentária e positivista da realidade fica evidenciada na lista interminável de disciplinas, bem como na divisão entre disciplina (geral, humana, específica e técnica), sendo que tal postura contraria a visão interdisciplinar, na busca de encontrar solução para múltiplos problemas. Portanto, o autor alerta que a mera justaposição arbitrária de disciplinas e conceitos não representa uma perspectiva interdisciplinar.

Nesse sentido, Bonacelli (2014) defende a necessidade de repensar a estrutura das Universidades, das Agências de Fomento e das Revistas Científicas, para que seja possível adotar práticas mais plurais e diversificadas, com novos arranjos curriculares, incentivando, assim, a pesquisa interdisciplinar. Para a autora, o reconhecimento da Área Interdisciplinar permitiu a consolidação de Programas de Pós-graduação que não ficavam restrito ao ensino disciplinar. Porém, o CNPq, ao contrário da Capes, ainda não possui área de conhecimento Interdisciplinar. Além disso, segundo Bonacelli (2014), os concursos públicos, em sua maioria, ainda exigem, em seus editais, formação disciplinar para inscrição do candidato.

A complexidade do conhecimento requer o rompimento das fronteiras disciplinares. Nessa linha, Bonacelli (2014, p. 48) menciona a necessidade do ensino e da pesquisa acompanhar esse movimento. Eis o grande desafio.

Considerações finais

A CAPES incentiva a produção de conhecimento que extrapola o conhecimento situado apenas no campo disciplinar, visando criar um profissional com perfil sólido e integrador, contribuindo, assim, para o avanço da ciência e tecnologia.

A compreensão do conhecimento requer a eliminação do perfil de ensino meramente disciplinar, considerando a complexidade da realidade. Considerado toda a complexidade que envolve o estudo das Políticas Públicas, a interdisciplinaridade é primordial, pois, conforme ensina Souza (2003, p. 14), no momento em que são elaboradas tais políticas, há um consequente desdobramento em planos, programas e projetos. Ato contínuo, tais políticas implementadas, razão pela qual ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação, bem como à análise feita por pesquisadores de diversas áreas.

Dessa forma, além da complexidade dos estudos setoriais que envolvem a Política Pública, a análise das referidas etapas da Política Pública também comporta diversas perspectivas de estudo. Logo, compartimentalizar disciplinas não seria a forma mais fecunda, visto que a interdisciplinaridade analisa aspectos que antes não eram objeto de disciplinas individuais.

De fato, as áreas de conhecimento foram delineadas historicamente, sendo que perspectivas interdisciplinares geram tensões e disputas de poder, mas o diálogo revela a potencialidade de tal método em prol da construção de pesquisas e solução de problemas contemporâneos que necessitam de olhares múltiplos. Portanto, a interdisciplinaridade ainda é uma perspectiva inter-relacional em construção que precisará transpor os obstáculos para sua implementação, considerando as bases materiais contemporâneas, caracterizadas por fronteiras disciplinares.

Referências

ALVARENGA, A. T. de. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo & SILVA NETO, Antônio José (ed.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. São Paulo: Editora Manole, com apoio da Capes, 2011, p.3-68.

BONACELLI, M. B. M. Além das fronteiras: a interdisciplinaridade para a interação entre (novos) conhecimentos. **Revista Ensino Superior da Unicamp**, São Paulo, n. 12, p. 48-52, janeiro-março 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Diretoria de Avaliação. **Documento da Área Interdisciplinar**. Brasília, 2013, p. 86.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Diretoria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Quadrienal**. Brasília, 2017. 71p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Dados quantitativos de Programas Recomendados e Reconhecidos**. Brasília, 2019. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=45>. Acesso em 13 de setembro de 2019.

FARIA, C. A. P. de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fevereiro/2003.

FARIA, C. A. P. de. Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 13-36, maio-ago. 2012.

FOLLARI, R. **Interdisciplinarity**: los avatares de la ideología. México: UAM, 1982.

FOLLARI, R. La interdisciplina revisitada. **Andamios**, México, v. 1, n. 2, p. 7-17, jun. 2005. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632005000300001&lng=es&nrm=iso. Acesso em 25 jun. 2019.

FRIGOTTO, G. A questão metodológica do trabalho interdisciplinar: indicações de uma pesquisa sobre vestibular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 55, p. 68-75, nov. 1985.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: CIAVATTA, Maria (org.). **Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GUSDORF, G. Passé, présent, avenir de la recherche interdisciplinaire. In: **Interdisciplinarité et sciences humaines**, Paris, v. 1, p. 31-51, UNESCO, 1983.

MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política**. São Paulo/Brasília: Ed. Sumaré/ANPOCS & CAPES, 1999. p. 59-99. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=648&Itemid. Acesso em 19 de junho de 2016.

PIAGET, J. L’epistémologie des relations interdisciplinaires. In: APOSTEL, Léo. et al. **L’interdisciplinarité: problèmes d’enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: Ceri/OCDE, 1972, p. 154-151. Disponível em http://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/VE/jp72_epist_relat_interdis.pdf. Acesso em 25 de junho de 2016.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Henrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa - Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, C. “Estado do campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo v. 18, n. 51, fevereiro/2003, p. 16-20.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Recebido em 2019-09-30

Publicado em 2020-06-07